



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1998/13	DATA: 18/11/2013
INÍCIO: 09h14min	TÉRMINO: 10h07min	DURAÇÃO: 00h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h53min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - Prefeito Municipal de Salvador, Estado da Bahia.

SUMÁRIO: Diagnóstico acerca do enfrentamento, pela Prefeitura Municipal, da exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Salvador, Estado da Bahia.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Palácio Thomé de Souza, sede da Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia.

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião com o Prefeito da cidade de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, presentes eu, Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI, e a Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI.

Prefeito, eu queria, primeiro, agradecer a oportunidade de estarmos aqui conversando com o senhor e dizer que nós temos visitado o Brasil inteiro. Já estivemos com vários Prefeitos, vários Governadores, enfim.

Qual é o nosso objetivo aqui, na cidade de Salvador, em que faremos uma audiência pública, às 15 horas, na Assembleia Legislativa? É o de traçar um diagnóstico acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes, não apenas da incidência, mas também sobre quais são os mecanismos que estão sendo estruturados para que nós possamos fazer esse enfrentamento. Se há planos de enfrentamento à exploração sexual, que são instrumentos muito valiosos na perspectiva de fazer um processo de responsabilização de todos os órgãos numa lógica multissetorial, enfim. Isto, para nós, é importante: saber a dotação orçamentária. Eu sei que o senhor, talvez, não tenha todos esses dados neste momento, mas nós solicitamos que o senhor possa nos remeter posteriormente.

E nós trabalhamos com alguns focos, não apenas com o aumento da denúncia. Há uma campanha em curso aqui na cidade que estimula a denúncia, estimula a atenção e a vigilância da sociedade para o enfrentamento à exploração sexual, mais há também dois outros elementos: um é o atendimento dessas crianças e desses adolescentes vítimas de exploração sexual, como os CREAS, os CRAS. Quais são as estruturas que existem para possibilitar esse atendimento? E o segundo é a responsabilização, que passa pela celeridade do Ministério Público, também do Poder Judiciário, na medida em que é a única prioridade absoluta constitucional, que é a proteção às crianças e aos adolescentes, mas passa também por uma boa estrutura que, talvez, diga mais respeito ao próprio Estado do ponto de vista da Secretaria de Segurança, enfim, dos mecanismos que nós possamos construir na perspectiva de que tenhamos celeridade no colhimento das provas, na atenção especial a essas crianças, que diz respeito a uma estrutura e, talvez, tenhamos mais resposta na reunião que teremos em seguida na Governadoria do Estado.



Enfim, quais são os mecanismos que a Prefeitura tem, tanto do ponto de vista de campanhas, para estimular o envolvimento da sociedade nas denúncias, e, ao mesmo tempo, quais são as estruturas de atendimento que dizem respeito ao Município, muito mais do que ao Estado, e também a discussão da responsabilização?

E, por fim, para que eu possa passar a palavra à Deputada Liliam Sá, nós temos uma preocupação com os grandes eventos. Nós sabemos que existem comitês que foram organizados. Salvador tem um desses comitês, que foram organizados na perspectiva de construir um processo de proteção. Eu digo que nós tivemos a oportunidade de realizar um seminário nesse sentido, em que esteve presente um representante do Estado da Bahia — parece-me que do Estado da Bahia —, e que ali ele dizia que aqui já há certa *expertise*, já há certo *know-how*, em função do fato de que Salvador recebe um volume muito grande de turistas, particularmente no carnaval. Mas nós queremos ver se há um plano específico no que diz respeito à Copa e um fluxo, um plano dos fluxos, de denúncias, de atendimento, de plantões, enfim. O que é que existe? Sei que há um comitê que tem a participação da sociedade civil que funciona aqui, mas o que é que existe de concreto? Se o senhor não tiver agora, pode nos remeter posteriormente.

Mas, então, seria isto: a questão da responsabilização; a questão do atendimento; os planos de enfrentamento; as respectivas dotações orçamentárias; e o plano específico com o recorte na Copa do Mundo, que também será realizada aqui em Salvador.

Eu passo a palavra à Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia, Prefeito!

Eu quero agradecer ao senhor por ter aberto essa agenda para receber a CPI. E eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas antes também eu quero parabenizá-lo pela sua grande vitória aqui. Foi difícil, mas está aí. Que Deus o abençoe nesse cargo, nesse mandato. E a gente já está vendo aí as mudanças na cidade, principalmente Salvador.

A Bahia foi apontada como o *ranking* preferido dos predadores de sexo com crianças e adolescentes. Há o turismo sexual, e foi apontado pelo Disque 100. E só agora, no começo do ano, há quase mil denúncias de abuso sexual e, de exploração



sexual, mais quase 300 denúncias. Então, nós estivemos em Recife falando com os caminhoneiros, e os caminhoneiros apontaram Salvador, as estradas que vêm para Salvador, como ponto de vulnerabilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes. Falaram que aqui há postos de gasolina e que, inclusive, quando eles param, ali já tem ponto de exploração sexual com crianças e adolescentes. Isso também foi apontado pela Polícia Rodoviária Federal.

Então, quando o senhor ganhou, eu falei até com o senhor lá no Congresso que nós viríamos aqui, que a CPI viria aqui, para esclarecer esses fatos. E eu gostaria de saber o que é que tem aqui para criança e adolescente que a Prefeitura está fazendo com ações, do tipo assim: o Conselho Municipal, quando é que o Conselho Municipal se reúne; os Conselhos Tutelares, se há estrutura para atendimento das crianças; e também o que é feito com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, quais as ações que estão sendo implementadas com esse fundo. E gostaria de alertá-lo para o carnaval. O que é que o senhor está pensando em fazer, já que o carnaval é apontado também como Disque 100, porque é nessa época que há os maiores números de denúncias da Bahia? A Bahia está em primeiro lugar, depois vem São Paulo, em terceiro, o Rio de Janeiro, no caso de exploração sexual e turismo sexual com crianças e adolescentes, segundo a pesquisa do Disque 100.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Bom dia!

Eu queria cumprimentar e agradecer a presença das Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá, dos colegas do Parlamento, e dizer da satisfação de receber a CPI aqui na cidade de Salvador, reconhecer o trabalho importante que V.Exas. fazem à frente desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, sobretudo, a importância dela para o Brasil. Infelizmente, no Brasil, ainda existem muitos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, e, para que esse quadro possa ser revertido, eu não tenho dúvida de que somente com ações muito afirmativas. E o poder conferido a uma CPI, eu, que tenho experiência na Casa e conheço o que pode fazer uma CPI, não tenho dúvida de que mostra não só um sinal político muito claro do Congresso Nacional na sua disposição efetiva de enfrentar o problema, mas também uma mobilização de Parlamentares comprometidos com a causa. Eu tenho certeza de que, como resultado desta CPI, nós poderemos ter no Brasil uma legislação mais



aperfeiçoada, políticas públicas nas três esferas de Governo, federal, estadual e municipal, mais perfeitas, assim como também uma consciência coletiva da necessidade de reduzir e, se Deus quiser, eliminar esses casos de exploração sexual de crianças, de jovens e adolescentes no País.

É claro que a gente vê com certo pesar o fato de a Bahia ser um dos Estados que ocupa a primeira posição no número de denúncias de exploração sexual e de violência contra as crianças e os adolescentes, mas também, por outro lado, recordo-me bem, apesar de essa não ser uma matéria que estava tão diretamente ligada à cidade de Salvador, porque o dado era mais do Estado da Bahia como um todo, mas há de alguma maneira um ar que alenta no fato de as pessoas estarem sentindo-se estimuladas a denunciar.

Eu acho que, se, por um lado, é muito ruim ver a quantidade de crianças, de jovens e adolescentes que são abusados, explorados e sofrem violência sexual, por outro, o fato de as pessoas estarem denunciando, estarem tendo coragem de apontar esses casos, também nos deixa confiantes de que isso pode ser revertido com políticas públicas efetivas.

Aqui, no caso da Prefeitura de Salvador, nós, mesmo num ano de muitas restrições orçamentárias e financeiras, um ano em que herdamos um Município com o firme propósito de arrumá-lo, de organizá-lo, de colocar em ordem as finanças, de promover o equilíbrio do ajuste fiscal e mesmo aqui tendo uma estrutura de governo muito limitada — nós temos um número pequeno de Secretarias e de órgãos públicos —, ainda assim, eu procurei garantir que algumas ações pudessem ser realizadas de maneira efetiva e concreta no que se refere à atenção, ao cuidado e ao apoio às crianças, adolescentes e jovens, sobretudo aqueles em condição mais vulnerável de sofrer exploração sexual.

Nós temos, dentro da nossa Prefeitura, a Secretaria Municipal de Promoção Social. Essa Secretaria é a Secretaria que tem a responsabilidade de coordenar as principais ações sociais da Prefeitura. O Secretário, inclusive, é um Deputado Federal colega nosso, o Deputado Maurício Trindade, que era do PR e hoje está no PROS. Então o Maurício Trindade é o Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza. Dentro da Secretaria Municipal de Promoção Social, nós temos algumas ações, e daqui a pouco eu vou elencá-las. Agora há também uma



instituição, que é a Fundação Cidade Mãe. A Fundação Cidade Mãe tem a responsabilidade fundamental de cuidar das políticas municipais para as crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que têm uma condição familiar desestruturada e aqueles que têm, ou já tiveram, passagem ou têm passagem como moradores de rua ou por instituições de reparação psicossocial, enfim.

A gente entende aqui que, no caso da própria exploração sexual das crianças, existem aí duas coisas que acabam tendo um peso importante. Uma é a condição da família, quando a família tem uma condição de pouca estrutura, de pouca solidez, de pouca possibilidade de dar amparo a essas crianças, a esses jovens e adolescentes. E a outra são aquelas crianças — e uma está ligada à outra de alguma maneira — que estão na rua, que ficam mais vulneráveis a uma presença na rua e, sobretudo, que se tornam até presas, mesmo, fáceis do crime organizado e dessas organizações criminosas, algumas das quais, eu não tenho dúvida, também com associação com o tráfico de drogas. E, por isso, uma coisa acaba alimentando a outra, a exploração sexual e também o tráfico de drogas, como uma coisa que está muito próxima, que acaba passando muito perto dessas crianças, desses jovens e de muitos desses adolescentes.

Quanto à Secretaria de Promoção Social, para V.Exas. terem ideia do tamanho do problema que nós herdamos aqui, quando eu cheguei, há 3 anos praticamente, a Secretaria não tinha capacidade de aproveitar os recursos federais disponíveis para toda a rede de assistência social. Então, os nossos CRAS, os nossos CREAS, estavam completamente desestruturados. Nós tínhamos cerca de 25 milhões de reais em caixa que não podiam ser utilizados exatamente por conta dessa falta de organização da Prefeitura. O que é que eu fiz? Nós procuramos apresentar ao Governo Federal uma proposta de reprogramação desses recursos, e agora, depois de 10 meses, a gente, tendo feito todos os processos licitatórios, tendo feito todas as modalidades públicas de contratação, está agora começando a promover a reforma das nossas unidades de CRAS e de CREAS na cidade, das que existem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos há, o senhor sabe, de CRAS e CREAS?



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu posso lhe passar, Deputada. Aí, o Deputado Maurício... Todos os dados mais, assim, detalhados eu posso passar para a Comissão ainda hoje.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Deputado não está aí, não, o Maurício?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu acho que pode até que ser que esteja. Eu vou ligar pra ele assim que encerrar esta audiência e vou pedir... Quem sabe que ele possa encontrá-lo e levar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se ele puder ir à audiência, ou alguém na audiência pública...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu vou pedir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... para representar a Prefeitura, para passar esses dados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós somos do mesmo partido, já por duas vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - É, eu lembro que vocês eram colegas lá.

Então, o seguinte: então nós estamos começando a reestruturar a rede que existe hoje, estamos abrindo agora quatro novos CRAS ainda neste final de ano. Um dos nossos desafios é a identificação de espaços na cidade para implantação dessas unidades. E, no nosso planejamento estratégico, da Prefeitura, existe uma meta de um aumento significativo que também ele pode passar para vocês da quantidade de pessoas que vão ser assistidas e amparadas pela rede de CRAS e de CREAS na cidade.

Mas essa era uma prioridade. Ou seja, garantir a reprogramação desses 25 milhões, procurar o aproveitamento desse recurso na estruturação da nossa rede de assistência social, que estava completamente desestruturada.

Eu promovi aqui na Prefeitura conversas com o Ministério Público, e nós temos parceria com o Ministério Público em alguns projetos e tem um projeto para o qual eu gosto sempre de chamar atenção, que é o Projeto Sinaleira, que eram crianças e jovens que ficavam na rua, muitos deles em sinaleiras, outros em pontos de grande fluxo de pessoas. E com um histórico de muitas dessas crianças e jovens



de terem sofrido abuso sexual, aí a gente fez essa parceria com o Ministério Público, também envolvido nessa parceria o Sistema S. E aí nós pegamos essas crianças... Agora, por exemplo, a gente aumentou. Serão, acho, que quase 150 crianças atendidas este ano. Essas crianças são crianças em altíssima condição de vulnerabilidade...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É no Vira Vida? No programa do SESI, não?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu não sei se ele se enquadra nesse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é 150.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu não sei se ele se enquadra nesse. Aqui a gente chama de Programa Sinaleira, que é Ministério Público, Prefeitura, o Sistema S eu sei que está envolvido. E aí a gente dá a qualificação, enfim, iniciação na qualificação profissional às crianças, acompanhamento psicossocial. Ao fim de cada ano elas são formadas, recebem um diploma, muitos depois têm condições de empregabilidade.

E aí o que foi que eu fiz, já quando eu assumi a Prefeitura? Eu me comprometi que os estágios do Município, que as vagas de estágio seriam dirigidas prioritariamente para essas crianças do Projeto Sinaleira. Então, elas passam pela qualificação profissional, passam pelo aprendizado e, depois, existe um direcionamento prioritário na ocupação da vaga de estágio na Prefeitura por essas crianças.

Também temos conversado muito com o Juizado da Infância. Aqui existem algumas referências boas, inclusive em Feira de Santana, de um juiz que teve uma experiência muito bem-sucedida lá, e que a gente trouxe aqui para Salvador, e a gente está discutindo essa parceira, por quê? Porque o grande desafio não é tirar a criança da rua, não é identificar onde é que a criança está, enfim, posicionada na rua ou pode ser vítima de um ato violento. O maior desafio nosso aqui é o depois, é garantir que a criança, sempre que possível, possa voltar ao convívio da família, de maneira assistida, está certo, e aí a gente tem toda uma rede que está sendo montada pra fazer o acompanhamento e a assistência ao retorno da criança à família, a sua frequência à escola, que é outra coisa importantíssima, a frequência à



escola. Depois, o amparo psicossocial, porque aquela criança vai precisar do apoio de psicólogos, do apoio de pessoas que possam fazer esse tipo de acompanhamento.

Quando a criança tem família e a família tem, digamos, um ambiente minimamente razoável de acolhimento e conforto, a gente sente que o resultado ele é muito mais rápido e a possibilidade de reinserção é muito maior. O desafio torna-se ainda maior quando a criança não tem família ou quando então a sua família já está completamente desestruturada.

E aí é onde entra a Fundação Cidade Mãe, que é essa fundação da Prefeitura. Nós, hoje, mantemos — e depois os números eu posso também passar pra vocês — algumas casas de acolhimento dessas crianças e de acompanhamento dessas crianças. Quer dizer, as crianças que frequentam ou que moram nas casas da Fundação Cidade Mãe são aquelas crianças que não têm família, que não têm suporte nem condições no seu lar de ter qualquer tipo de referência ou parâmetro. E a Prefeitura, também num esforço muito grande, porque a gente está tendo que reestruturar essas casas, que estavam quase todas elas acabadas, nós estamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quantas casas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Os números eu posso lhe passar todos, Erika. E aí nós estamos ampliando agora o número de residências e reestruturando as que existem hoje para dar alimento com qualidade, garantir educação, garantir um ambiente saudável para o que se faz dentro dessas casas para as crianças e jovens. A própria Fundação Cidade Mãe já começou a desenvolver parceria com algumas instituições; algumas instituições privadas, outras instituições públicas. Por exemplo, o Banco do Brasil. Nós assinamos recentemente um convênio com o Banco do Brasil. Então, parte dessas crianças elas que, por exemplo, poderiam estar na rua durante o dia, um turno na escola, outro turno poderiam estar na rua, o que a gente fez? A gente pegou... Usa-se a estrutura da Associação Atlética Banco do Brasil, e a Fundação Banco do Brasil ajudou também com a compra de computadores e de equipamentos para ocupar a agenda dessas crianças, com atividades esportivas, atividades de lazer, o aprendizado da informática. Enfim, então é outra parceria que nós temos da Fundação Cidade Mãe com o Banco do Brasil.



A Prefeitura, num campo paralelo, que é o campo da educação — eu acho que é importante citar isso —, nós estamos nos organizando, e a partir do ano que vem, já está inclusive em fase de licitação, nós vamos implantar em Salvador cinco centros de educação integral. O que é que vão ser esses centros? Vão ser grandes estruturas do Município para os quais vão convergir as crianças e os jovens no contraturno. Então, num turno as crianças vão estar na escola, aprendendo as matérias convencionais, português, matemática, enfim, e no outro turno, em vez de estarem na rua, para serem vítima da violência, presa fácil da violência, elas vão para esse centro de educação integral.

Então, a Prefeitura vai garantir o transporte, vai pegar na escola, levar até o centro de educação integral, depois devolver na escola no fim do dia. Nós vamos dar três refeições: a merenda da manhã, o almoço e a merenda da tarde. No centro de educação integral ela vai ter reforço escolar, aprendizado de uma língua, informática, aprendizado de arte, atividades esportivas, culturais, enfim. Nós pegamos as cinco regiões mais densamente populosas da cidade, cujos índices de violência...

E é outra coisa, como não dá para fazer na cidade toda, qual foi o critério e o corte que nós fizemos!? Os índices de violências com as crianças. Por quê? A gente percebe que a vítima da violência em Salvador ela tem rosto e é facilmente identificada: é o jovem negro que mora na periferia. Principalmente essa é a vítima da violência maior em Salvador. E aí, com isso, a ideia é tirar essa criança da rua. Porque seja pra violência normal, para se tornar presa de um traficante ou para ser abusado e explorado sexualmente, o caminho é dar suporte, é fazer o poder público chegar junto da vida daquela criança.

Se daria também... Um grande programa social que nós estamos agora discutindo o financiamento dele com o Banco Mundial, e em fase inicial de elaboração do protótipo... A gente está fazendo o protótipo na cidade de Plástico, que fica no subúrbio. Nós vamos ter aqui um programa que vai alcançar 60 mil famílias mais pobres da cidade. E nesse programa existe uma coisa que tem tudo a ver diretamente com a questão das crianças e dos jovens, que é o seguinte: nós vamos dar uma bolsa para as famílias, e você vai ter vários itens do



acompanhamento da família que vai fazer com que ela acumule crédito, ganhe crédito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essas famílias já são beneficiárias do Cadastro Único?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - A grande maioria já, a grande maioria já. Aliás, é outra coisa inclusive. Quando nós chegamos aqui, havia 40 mil famílias cuja inscrição havia sido feita, mas o processo de digitalização não havia sido realizado. Então, nós já ampliamos aqui em mais de 40 mil o número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família, exatamente por esse processo de digitalização, que estava completamente desordenado.

Essas 60 mil famílias que a gente vai intervir na sua condição de vida, na sua casa, com melhorias habitacionais, com toda a infraestrutura, elas vão ter uma bolsa, e essa bolsa, como eu disse, ela vai variar. Então, a partir... A criança frequentando a escola, passando de ano, acumula tantos reais de crédito. Depois, se a criança... Porque a gente vai fazer o diagnóstico da família. Você vai ter uma rede de assistentes que vão acompanhar a chamada Agenda da Família. Então, você vai conseguir, por exemplo, identificar se aquela família tem uma criança que já foi vítima de um ato de violência sexual, ou de abuso, enfim. E aí você começa a acompanhar aquela família e a dar crédito àquela família a partir da evolução que ela possa oferecer naqueles determinados indicadores. E um desses que a gente pretende colocar é exatamente o cuidado com a criança, o fato de ela não estar vulnerável nem suscetível a abuso e atos de violência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas creches há e se há alguma que o senhor está para inaugurar, para fazer...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sim, nós estamos... Inauguração de creches nós temos agora previstas... Nós estamos com quatro centros de educação infantil em processo de obra, nós temos mais 10, cuja autorização está aguardando apenas agora um pronunciamento do Ministério da Educação, mas eu estimo que a gente vai ter essa autorização, e nós acabamos de cadastrar, além desses 14, mais 40. Então, o nosso desejo é até 2015, até o fim de 2015, poder implantar pelo menos 55 centros de educação infantil na cidade, sendo



que no meu Governo, na minha gestão, eu já inaugurei acho que três ou quatro. Eu posso depois passar o número exato.

Agora, o problema da educação infantil é um problema sério em Salvador. Para nós alcançarmos a meta prevista é preciso que até 2016 a gente crie 25 mil novas vagas de educação infantil na cidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Até...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Até o fim de 2016. Vinte e cinco mil novas vagas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E essas 55 são o quê? Quantas crianças...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Aí varia, porque você tem tipo A, tipo B, eu posso lhe passar tudo isso direitinho. Agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 25...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - É preciso criar 25 mil novas vagas até o fim de 2016.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para universalizar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - É, para universalizar a educação infantil. Só que nós não vamos, e aí é outra coisa, foi uma providência que eu tomei, nós flexibilizamos aqui a legislação municipal para as creches. Então, eu dei isenção de todas as taxas, impostos, e há um projeto...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para as creches públicas não estatais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Aí, sim, eu estou falando das comunitárias. Porque nós conveníamos, nós fizemos um projeto, nós conveníamos as creches de associações comunitárias. O grande problema dessas creches é que normalmente os tribunais de contas exigem que as creches tenham o título de utilidade pública municipal. Só que muitas delas têm uma estrutura bastante modesta. Então, não tem essas... Normalmente, não há às vezes até o suporte jurídico para o título de utilidade pública municipal. E nós agora começamos um esforço com a Câmara Municipal de Vereadores para quê? Para que seja feito um esforço concentrado na aprovação dos títulos de utilidade pública municipal dessas



creches, a fim de ampliar o número de creches conveniadas com o Município. Eu acho que este ano a gente chega a cerca de 100 creches conveniadas e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Hoje são quantas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu acho que a gente chega a 100 agora neste segundo semestre.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas hoje você sabe quantas são?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu acho que, quando eu recebi, eram 36 mais ou menos. Agora, esses números todos eu posso lhe confirmar, Deputada, porque, na verdade, nós dispomos de recurso. Nós poderíamos ampliar o número de creches significativamente, porém, por conta das questões burocráticas e legais, as creches não conseguem se habilitar.

Então, hoje, se houvesse 300 creches em condições legais na cidade, a gente teria recurso para fazer. É outra coisa que se precisa bem vista.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essas creches comunitárias, é para que elas tenham direito ao *per capita*, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Isso. E a gente passa para elas um determinado valor por mês, para que elas possam ajudar. Esse valor é fundamental no custeio das atividades dessas creches.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor disse que tem uma demanda reprimida de 25 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Quando eu assumi, era de 25 mil, hoje talvez já seja um pouco menos, por causa das vagas que a gente está criando. Mas o objetivo desses 4 anos é esse. E com outro problema sério, que é o seguinte, nessa coisa das creches: normalmente, agora, os padrões que o Governo Federal exige para os CMEIS acabam demandando áreas muito grandes, terrenos muito grandes. E uma cidade como Salvador, ou como, por exemplo, o Rio de Janeiro, que eu sei que está vivendo esse mesmo problema, São Paulo também está vivendo esse mesmo problema... As cidades grandes não têm terrenos de 2.500 metros quadrados para você fazer.

Então, é importante haver uma flexibilidade, ou permitindo a verticalização dessas estruturas, ou então, permitindo estruturas menores, porque em cidades



como a nossa é impossível imaginar terrenos tão grandes para a construção dessas unidades.

Bom, eu fui provocado aqui por vocês e acho interessante falar dessa questão dos grandes eventos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a previsão de concluir esses cinco centros?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Até 2015. Fazer em 2014 e 2015.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Atenderiam a quantas crianças? É contraturno?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Cada centro desse, a ideia é que possa atender 1.500 crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cada centro?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Cada centro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Prefeito. Depois eu queria que senhor falasse da questão da primeira infância. O que está sendo aplicado na questão de alimentação? Se a Prefeitura faz um reforço para essas crianças que vivem em comunidades carentes em que, às vezes, não há nem leite para tomar. Gostaria de saber sobre a saúde das crianças: quais ações estão sendo implementadas para melhorar a saúde das crianças aqui de Salvador? Da Bahia, né?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Vamos começar, então, falando da saúde, um pouco da assistência na primeira infância e depois eu falo dos eventos. Há Copa, Carnaval e grandes eventos.

Quando nós chegamos à Prefeitura, na cidade havia apenas 17% da sua população alcançada pela Rede Atenção Básica de Saúde, sendo que com um dos menores índices de programa de Saúde da Família do Brasil. Era 11% da população atendida pelo programa de Saúde da Família. Desses 11%, nós vamos elevar esse número para 23% até fim do ano, e, quanto aos 17% de Atenção Básica, nós vamos e levar para 28,5%.

Portanto, em apenas 1 ano, a gente mais que dobra o alcance do programa de Saúde da Família e de uma maneira geral o da Atenção Básica. Essa foi a



prioridade número 1 do meu Governo neste ano, porque, tendo que priorizar, não dava para fazer tudo de uma vez só, então tinha que escolher por onde começar. E o problema da saúde é um problema seriíssimo em Salvador.

Não há dúvida que a questão das crianças está intimamente ligada a essa estruturação da Atenção Básica, principalmente pela necessidade de se ter o pediatra nas unidades de saúde.

O que nós conseguimos já esse ano como um feito importante? Até o fim do ano, nós já teremos recuperado ou estaremos recuperando 70% da nossa rede física, sendo que, até abril de 2014, nós teremos concluído a recuperação de 90 unidades de saúde no Município. Somente agora no mês de novembro, eu estou entregando 26 unidades completamente reformadas. Não adiantava ter a unidade, se você não tinha o profissional. Daí, nós aproveitamos um concurso público que existia e chamamos todos os médicos desse concurso, somente na área da saúde são mais de 500 profissionais que foram convocados.

Aderimos ao Programa Mais Médicos e somos uma das cidades do Brasil com o maior número de médicos no Programa Mais Médicos. Inclusive, na semana passada, estive com o Ministro Padilha pedindo mais médicos para o Mais Médicos, tanto para o fim do ano...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos médicos tem aqui (*inaudível*)?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Nós temos hoje já mais de 40 médicos, e eu pedi mais 40. Eu pedi 19 para dezembro e 19 para janeiro, nesse último encontro que tive com ele. E realmente é uma coisa que tem nos ajudado muito, porque existe hoje um problema de falta de profissionais no País, e em Salvador não é diferente. Além disso, nós estamos inclusive buscando soluções com a terceirização de serviços, com a contratação de organizações sociais e agora estamos mandando a Lei Organização Social para a Câmara, porque, mesmo com a convocação dos concursados — e convocamos todos os médicos que tinham feito o concurso — e mesmo com os Mais Médicos ainda falta profissional.

E uma das prioridades nossa, nessa alocação de profissionais, é o pediatra. Então, nossas equipes têm que estar plenamente consistidas, e a consistência plena passa por ter o clínico e passa por ter o pediatra nessas unidades. A ideia nossa é



encerrar o mês de dezembro com todas as unidades, ou seja, a nossa capacidade instalada vai funcionar plenamente com profissionais da área de saúde.

Outra coisa importante é não faltar remédio nos postos, principalmente o remédio para as crianças, que é outra coisa em que a gente tem procurado ser muito firme. Com relação a reforço alimentar e nutricional, a gente hoje faz nas nossas escolas, a gente está fazendo na rede municipal toda da Prefeitura, a gente faz, através da Fundação Cidade Mãe também, e aí voltado para crianças, principalmente aquelas que são encontradas nas ruas ou estão nas ruas, e aquele programa social que vai se chamar Salve Salvador, esse, sim, com aquelas 60 mil famílias, vai ter como um dos seus itens a questão alimentar para as famílias que estão nessa situação mais vulnerável.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que significa esse crédito? Esse repasse é mensal?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Não, ele vai acumular uma bolsa, vai ser uma poupança... É porque eu ainda não lancei o programa, então eu não posso dar muito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Brasília, no Governo Cristovam, havia uma poupança-escola. As mães que... Os filhos que estavam na escola acumulavam. Quando eles terminassem, eles receberiam o dinheiro que...

O SR. ANTONIO CARLOS DE MAGALHÃES NETO - A ideia é essa. Você vai ter alguns parâmetros: no caso da educação, 3 anos depois; no caso da questão da saúde, a gestante que faz o pré-natal, etc., depois da gestação, então, você tem alguns marcos e, ao longo daquele período, a pessoa vai acumulando o crédito numa poupança, e ela depois tem o direito de resgatar. E assim também, se ela faz alguma coisa ou deixa de fazer, ela perde o crédito também. Então, se a criança deixa de ir à escola, ela deixa de ganhar aquele recurso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é bom porque incentiva. No Rio de Janeiro, no tempo em que a Rosinha Garotinho era Governadora, eles fizeram um projeto que deu muito certo no Rio de Janeiro, que hoje em dia não existe mais, que era a Casa da Paz. Ali atendiam crianças de 0 a 6 anos, as mães com crianças em situação de vulnerabilidade, essas famílias. Eu acho que esse projeto é parecido com esse. E aí era o leite. Todas as crianças recebiam leite até os 6 anos



de idade, comprovado direitinho, As mães recebiam, e eles pesavam as crianças, viam a situação de nutrição dessas crianças, se elas estão bem nutridas ou não. Se houvesse desnutrição, eles faziam um trabalho melhor com essas crianças. Isso é muito importante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - É. Esse projeto nosso, na verdade, procura o quê? Primeiro, diagnosticar os principais problemas daquela família, fazer uma agenda do poder público na área social com aquela família, intervir em infraestrutura, intervir na condição de habitação, fazer todo um acompanhamento escolar e de saúde e também trabalhar na área de qualificação profissional, que é outro braço importante do projeto. Então, assim, ele está no forno, ele já está pronto; a gente o submeteu ao Banco Mundial. É um projeto que está orçado em mais de 1 bilhão de reais, na verdade 1 bilhão e 300 milhões de reais.

Uma parte desse projeto, independentemente do financiamento, eu vou fazer com recursos do próprio Tesouro. Então, no Orçamento do ano que vem, eu já aloquei 100 milhões de reais para esse projeto. Esse recurso já me permite começar nos bairros já selecionados para servirem de protótipo, já começar a desenvolver.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Avise a gente quando isso acontecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Ótimo, com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor iria falar sobre a Copa, mas tem também os Conselhos Tutelares, o Conselho de Direitos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Isso. Está aqui. O Conselho Municipal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Conselho Municipal de Direitos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Ele está instalado e funcionando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o plano de enfrentamento? Tem plano de enfrentamento à exploração sexual?



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Ele está funcionando. O Fundo Municipal... Uma parte desses recursos do fundo é destinada à Fundação Cidade Mãe, que é aquela fundação voltada para a assistência às crianças e jovens, e a outras entidades. Na verdade, o conselho acaba deliberando a aplicação dos recursos do fundo. Uma parte a Fundação Cidade Mãe utiliza; outra parte é distribuída para várias entidades e associações que, claro, passam por todo o processo de aprovação dos seus projetos no Conselho, mas cuja finalidade é dar assistência a crianças, aos jovens e adolescentes, em situação muito similar ao que é feito pela Fundação Cidade Mãe.

A Fundação Cidade Mãe tem essa característica pública, e essas outras entidades são paraestatais, são entidades sem fins lucrativos, organizações sociais que acabam recebendo também recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Na verdade, este ano de 2013 ainda está muito longe de ser um ano referência para o que a gente quer aqui, porque nós passamos praticamente os 10 primeiros meses do ano, ou seja, o ano quase todo, tendo que reestruturar a nossa rede. Então, por exemplo, o recurso estava lá parado, e a gente não podia usar. Por que não podia usar? Porque era preciso fazer toda uma reprogramação que não era apenas do ano de 2013, então era de 2012 e 2011. Quer dizer, desde 2011 havia recursos que precisavam ser reprogramados. Então, nós tivemos que aguardar a autorização de Brasília. Depois que nós tivemos autorização e aprovação da reprogramação, aí teve que iniciar todo o processo de licitação e contratação pública para um conjunto de ações.

Portanto, o ano de 2013 eu considero um ano infelizmente — e não tinha como ser diferente — pouco proveitoso para o volume de coisas que a gente quer fazer e de recurso que a gente quer utilizar. Agora, neste fim de ano, a gente vai começar a ter um nível de execução que pretende ter seguimento no ano que vem.

Em relação aos conselhos tutelares, foram feitas as eleições dos conselhos este ano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quantos conselhos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Acho que são 12. Eu tenho que procurar saber. Não sei se são 12 ou 16. Eu posso lhe informar depois. Mas nós, em convênio com Brasília, também recebemos automóveis zero quilômetro



para todos os conselhos tutelares. Vejam como, às vezes, o mais difícil você consegue e o mais fácil você tem que... O mais difícil era receber os automóveis, e recebemos. O mais fácil, que era o seguro do carro, para o carro rodar, foi um parto sair, mas agora foi resolvido esse problema.

Eu até tenho programado um encontro com os conselheiros para esse fim de ano. Eles demandam apoio, com razão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos habitantes tem Salvador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Dois milhões e 800 e tanto, perto de 2 milhões e 900 mil habitantes. É a terceira maior cidade do Brasil hoje.

Então, os conselhos demandam maior apoio. Nós vamos dar o maior apoio. Já me comprometi com os conselheiros a traçar um plano para o ano que vem. Este ano não tinha condições nenhuma por conta das limitações orçamentários do Município, mas me comprometi a traçar um plano para o ano que vem.

Com relação aos grandes eventos, nós temos aqui, eu diria, um modelo para o Brasil, que é a questão do carnaval. No carnaval, ao contrário do que muitos pensam, que a gente se preocupa apenas em fazer a festa, há uma série de coisas que são agregadas ao carnaval.

E nós tivemos uma experiência muito bem-sucedida com o Ministério Público, com a Defensoria, com a presença dos Conselhos Tutelares, enfim, um grupo intersetorial que trabalhou exatamente para evitar e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no carnaval, inclusive com a participação efetiva dos artistas, que aqui assumem a bandeira, vestem a camisa, se expõem e participam publicamente das campanhas. Ivete, Claudinha Leite, vários artistas vestem a camisa para valer.

Há uma ideia nossa que é a seguinte: Salvador, no carnaval, tem um observatório que, este ano, foi... Ele começou como observatório apenas racial, de preconceito e discriminação racial. Depois, nós estendemos esse observatório para os atos de discriminação, de preconceito ou de violência contra a mulher e contra os LGBT. Então, ficou racial, mulher e LGBT. Eu acho que um compromisso da



Prefeitura que pode surgir deste encontro nosso é garantir que esse observatório se expanda e possa se tornar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O observatório funciona no período do carnaval?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Do carnaval. Na verdade, nós temos um observatório permanente com relação à discriminação racial. Ele é permanente, e agora a gente está até estruturando-o numa nova sede.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é da Prefeitura?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Da Prefeitura. Dele participa a Defensoria, participa o Ministério Público. Todos os órgãos dele participam, mas é da Prefeitura.

Na Copa das Confederações, nós já tivemos o observatório, está certo? A Ouvidoria participa. Aqui a gente tem a Secretaria Municipal da Reparação, que é quem lidera. Quem lidera é a Secretaria Municipal da Reparação, mas há a participação da Ouvidoria e de outros órgãos externos à administração. O que nós podemos fazer é garantir que esse observatório tanto para o carnaval como para a Copa do Mundo possa também ter um grupo trabalhando com relação à exploração sexual de crianças.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, seria o seu compromisso com a CPI?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Isso. Eu acho que sim; posso assumir esse compromisso, sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso seria muito bom. O senhor está fazendo algum tipo de campanha no carnaval contra a exploração sexual?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Muita! No carnaval, a campanha é fortíssima, inclusive, como lhe disse, com a presença dos ícones.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas já tem alguma coisa para este ano? Já está tudo preparado?



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Está tudo preparado. Isso aí já funciona aqui no piloto automático. A questão do observatório é boa, porque, quando acontece alguma coisa, de imediato, ele pode ser acionado. De imediato também, aciona-se o poder de polícia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem um fluxo, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Tem um fluxo grande. É num local de grande visibilidade no circuito, entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente fez um seminário para a Copa das Confederações. O Estado da Bahia estava lá, Salvador. Há um fluxo: aonde a criança chega, como é que vai e tal. É interessante! Foi uma das melhores experiências que nós tivemos a oportunidade de conhecer. O Rio de Janeiro também tem, mas o Rio de Janeiro teve não sei o quê, uma greve, e a pessoa não conseguiu chegar ao seminário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - A nossa ideia que já está inclusive discutida internamente é que... Salvador tem a característica de possuir grandes eventos de rua: as lavagens, enfim. Nós estamos reforçando agora esse calendário de eventos. A ideia é que, nesses grandes eventos, o observatório possa funcionar. Claro que, no carnaval, numa dimensão muito maior, porque você tem milhares e milhares de pessoas na rua, mais de 1 milhão e meio de pessoas na rua ao mesmo tempo, mas, assim como fizemos na Copa das Confederações, a ideia é fazer também na Copa do Mundo e reproduzir isso nas grandes festas populares da nossa cidade. Essa, aliás, já é uma cultura nossa. Inclusive, sempre que a gente procura dar o máximo de divulgação ao observatório e tal, a gente sente que há uma mudança das pessoas realmente. As pessoas passaram a entender que aquilo ali era uma coisa levada a sério, entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o plano de enfrentamento? Há um plano?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Então, em conjunto com o Ministério Público e o Poder Judiciário, como eu havia dito, a gente começou a buscar as experiências a partir do que estava dando certo, sobretudo de resultados efetivos que aconteceram no interior de redução da violência contra crianças e adolescentes. Nós, a Secretaria de Promoção Social, em conjunto com a Fundação



Cidade Mãe e com a participação também do Parque Social, outra instituição ligada à Prefeitura, paragovernamental, que também cuida de algumas ações na área de políticas para crianças e adolescentes, montamos um grupo intersetorial interno e externo para o desenho do plano, para a elaboração do plano. Então, não é uma coisa apenas interna do Governo. Isso está em fase de discussão. O Maurício Trindade inclusive pode passar detalhes para vocês. A gente não quis fazer uma coisa só da administração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quando você assumiu, não tinha o plano?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Não, não tinha. Então, nós chamamos as entidades externas, todas elas envolvidas, para participarem da construção do plano, e esperamos ter a conclusão dele em breve.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, nós queríamos agradecer, Prefeito, e dizer que nós vamos acompanhar. Esse material vai ser degravado e fazer parte dos Anais da CPI e de uma publicação que será elaborada pela própria CPI.

Se houver um representante da Prefeitura... O senhor pode...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - A que horas será?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Às 15 horas. A gente vai estar na Governadoria agora e, às 15 horas, será a audiência pública.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Na Assembleia?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na Assembleia. Se puder haver uma participação, ela seria importante para a gente ter todos esses dados fazendo parte do material da CPI. Algum representante da Prefeitura seria importante que pudesse fornecer esses dados.

A gente quer agradecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com isso, declaro encerrada a presente reunião.